

Problematizar a História

ESTUDOS DE HISTÓRIA MODERNA EM HOMENAGEM A

Maria do Rosário Themudo Barata



título
Problematizar a História – Estudos de História Moderna
em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata

coordenação
Ana Leal de Faria, Isabel Drumond Braga

capa
Carlos Roque

composição gráfica
Susana Monteiro

ISBN
978-989-8129-16-1

depósito legal
267912/07

data de edição
Dezembro 2007

edição

calei
d · s c
ó p i o

Caleidoscópico_Edição e Artes Gráficas, SA
Rua de Estrasburgo, 26 - r/c dto.
2605-756 Casal de Cambra · Portugal
Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55
e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt



Centro de História da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa

Apoios



Sumário

APRESENTAÇÃO

Ana Leal de Faria, Isabel Drumond Braga	9
---	---

PREFÁCIO

António Dias Farinha	11
----------------------------	----

CURRICULUM VITAE UNIVERSITÁRIO	17
--------------------------------------	----

TABULA GRATULATORIA	61
---------------------------	----

TESTEMUNHOS

Joaquim Veríssimo Serrão	67
--------------------------------	----

Jorge Braga de Macedo	69
-----------------------------	----

António Borges Coelho	73
-----------------------------	----

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MANUELA SANTOS SILVA

O Casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (conde de Arundel) – Paradigma Documental da Negociação de uma Aliança.....	77
---	----

LUÍS FILIPE THOMAZ

Reflexões sobre as Pazes de Calecut em 1503	93
---	----

ANA ISABEL BUESCU

Entradas Régias em Portugal no século XVI. Uma Revisita	143
---	-----

CARLOS MARGAÇA VEIGA

A Adesão ao Portugal Filipino no Itinerário Político-Social de Fernão Cabral, Alcaide-Mor de Belmonte	165
--	-----

JOSÉ DA SILVA HORTA

Governar por 'Papéis': das 'Relaciones Geográficas' Filipinas sobre as Índias às Descrições de Matéria Cabo Verdiana e Guineense	185
---	-----

ISABEL M. R. MENDES DRUMOND BRAGA, PAULO DRUMOND BRAGA

Manobras Diplomáticas de França na Corte do Príncipe Regente D. Pedro: a Advertência de 1677	207
---	-----

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO

O Cônsul Benoît de Maillet no Egipto	229
--	-----

ANA MARIA LEAL DE FARIA

Portugal e a Prússia no século XVIII. Negociações para um (im)possível Tratado de Comércio	253
---	-----

ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO

Raízes Liberais.....	289
----------------------	-----

SOCIEDADE: INCLUSÃO E EXCLUSÃO

MARIA LEONOR GARCIA DA CRUZ O Comportamento Humano num Projecto de Consciencialização e Reforma Económica de 1533	307
MARIA MARGARIDA DE SÁ NOGUEIRA LALANDA As estruturas sociais micalenses em Gaspar Frutuoso	343
MANUELA MENDONÇA Portugueses no Peru no século XVI	359
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO As Misericórdias e a Salvação da Alma: as Opções dos Ricos e os Serviços dos Pobres em busca do Paraíso (séculos XVI-XVIII)	383
MARIA DE FÁTIMA REIS Caridade e Clausura: Honra e Virtude Feminina em Lisboa na Modernidade	403
FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES Itinerários e Transitabilidade Viária em Portugal entre meados e finais do século XVIII	415
MARÍLIA DOS SANTOS LOPES Canela, o Sabor de um Mito.....	425
JOÃO MEDINA Brevíssima História dos Massacres, desde a Tomada de Tróia aos nossos Dias, passando por Guernica (1937) e pela Shoah	443

CONFSSIONALIZAÇÃO E DISCIPLINAMENTO SOCIAL

MARGARIDA GARCEZ VENTURA Os bons clérigos recebem boas mercês: apontamento para o estudo das Doações Régias à Ordem de São Domingos nos inícios da Dinastia de Avis.....	479
JUAN GIL Conversos al Servicio del Gran Capitán	491
MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO TAVARES D. Manuel, o Rei dos “Últimos Dias”	499
SAUL ANTÓNIO GOMES Duas Visitações a Mosteiros Cistercienses Femininos: S. Dinis de Odívelas (1532) e Santa Maria de Celas de Coimbra (1640)	543
MARIA LUÍSA BRAGA Nos Meandros dos Cárceres da Inquisição. Algumas Reflexões	565
FRANQUELIM NEIVA SOARES <i>Tempus Orandi, Tempus Laborandi</i> : os dias santificados na Arquidiocese de Braga, durante o Antigo Regime.....	579
JOSÉ NUNES CARREIRA O Mosaico Religioso do Próximo Oriente à Luz de Relatos de Viagem	603
SUSANA GOULART COSTA A Carreira Eclesiástica: os Dotes de Património no século XVIII.....	627

LAURINDA ABREU
As Relações entre o Estado e a Igreja, em Portugal, na segunda metade do
século XVIII: o Impacto da Legislação Pombalina sobre as Estruturas Eclesiásticas..... 645

ARTE, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

MARIA ADELINA AMORIM, VÍTOR SERRÃO
Arte e História do Convento de Santa Mónica de Goa, à Luz da Apologia de
Fr. Diogo de Santa Ana, Crónica Inédita de 1633 677

ANA PAULA AVELAR
Das Representações de um Orientalismo em Portugal..... 715

MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA
O Retrato Cerâmico. Modelos de Representação na Azulejaria Portuguesa
do século XVIII..... 731

ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS
A Memória do Oriente nos Viajantes Europeus (séculos XVI-XVIII): as Cidades .. 755

NUNO SIMÕES RODRIGUES
Memória de Sertório na Lenda da Princesa Peralta. Tradição Clássica na
Miscelânea de um Companheiro de Armas de D. Sebastião..... 773

MARIA PAULA MARÇAL LOURENÇO
Entre a Morte e a Glória: doença e exéquias de D. Maria Ana de Áustria..... 795

LUÍS R. GUERREIRO
Sacralidade e História Antropológica..... 811

PENSAR A ESCRITA DA HISTÓRIA

MARIA TERESA AMADO
História Hoje: reflexões e perspectivas de análise a propósito de “Las
Incertidumbres del Saber”, de I. Wallerstein 833

A. A. MARQUES ALMEIDA
A História da Ciência não é uma História como as outras?..... 843

As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI - XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo*

A necessidade de alcançar o Paraíso mobilizou os homens e as mulheres ao longo da Idade Moderna, transformando as Misericórdias em receptoras de legados, os quais objectivavam a busca da salvação. Ricos, remediados e pobres disponibilizaram bens e serviços com a finalidade de se salvarem. A forma como cada um destes grupos actuou, esteve de acordo com a sua condição e com os meios de que dispunha para desfrutar do reino celestial. Cabia a cada um decidir a melhor estratégia para alcançar a paz eterna.

A busca do Paraíso tornou as Misericórdias gestoras de últimas vontades, cumpridoras de legados que ricos e remediados, na Metrópole ou nas diferentes partes do Império, deixaram para cuidarem da sua alma, servindo-se, frequentemente, dos pobres para mais facilmente chegarem perto do Criador.

Deste pressuposto, decorria uma forte associação entre as Misericórdias, a caridade e a salvação da alma.

Este trabalho pretende analisar o desempenho das Santas Casas na assistência à alma, destacando os serviços de caridade como instrumento utilizado pelos ricos para com maior facilidade acederem à clemência divina e entrarem no Paraíso.

Nos primeiros tempos, e na continuação da caridade medieval, as Misericórdias deram primazia à vertente espiritual¹. No século XVIII, as

* Universidade do Minho.

¹ Confira-se SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 109.

preocupações com o corpo remeteram-na para segundo plano, dando visibilidade às necessidades terrenas.

Rezar e cantar pelos mortos tornou-se numas das principais acções das Santas Casas. Desde 1593 que a Misericórdia de Lisboa alcançou o privilégio de enterrar os mortos, benefício de que todas as congéneres se procuraram igualmente munir. Possuidoras de mobiliário fúnebre, de igrejas e sacristias apetrechadas, capelas, altares privilegiados e de um corpo de capelães, as Misericórdias, porque gozavam de muito prestígio local, transformaram-se em gestoras de fortunas², funcionando como seguradoras e intermediárias entre o legatário e a Igreja³.

Era nesta função que as Misericórdias gastavam uma parte substancial das suas receitas, satisfazendo os milhares de missas de que estavam encarregues⁴. A celebração de missas, responsos e outros ofícios divinos reforçou a sua componente espiritual, alimentou a crença no Purgatório e abrangeu não apenas os mortos, mas também os vivos, com realce particular para os presos e os doentes⁵.

Foi enquanto ancoradouros de salvação que as Misericórdias receberam ao longo do Período Moderno muitos legados. Alguns estudos recentes têm demonstrado que muitas Santas Casas receberam na segunda metade do século XVII o maior volume de legados⁶.

2. Veja-se CASTRO, Maria de Fátima - *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2006. pp. 293-608.

3. Consulte-se para esta matéria ARIÉS, Philippe - *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Ed. Teorema, 1975. pp. 34-117.

4. Para a Misericórdia de Vila Rica - Brasil, veja-se CAMPOS, Adalgisa Arantes - "A Idéia do Barroco e os Desígnios de uma nova Mentalidade: a Misericórdia Através dos Sepultamentos pelo Amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750)", in ÁVILA, Affonso, *O Barroco. Simpósio no território do Barroco no século XVIII*. Ouro Preto: LBH, 2000. pp. 45-57.

5. Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, p. 108.

6. Para este assunto confira-se BARREIRA, Manuel - *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998. p. 96; COSTA, Américo Fernando da Silva - *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. (Caridade e assistência no meio vimeirense dos séculos XVII e XVIII)*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999. p. 80; SILVA, Mário José da Costa - *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho. Espaço de poder e*

Por esta via, as Misericórdias tornaram-se gestoras de grandes fortunas, mas também administradoras de enormes encargos. Cresceram as suas obrigações religiosas e também o número de capelães para dar satisfação a tamanhas responsabilidades. Simultaneamente, assistiu-se a melhoramentos no sector religioso: obras de remodelação das igrejas e das sacristias, bem como, a compra de alfaias religiosas e equipamento dos locais de culto. Possuidoras de tumbas, bandeiras, tocheiros, panos, hábitos e mortalhas, as Santas Casas ofereciam eficazes serviços fúnebres, dispondo igualmente dos necessários bens de culto: alfaias religiosas, paramentos, cera, azeite, vinho, hóstias, música e organistas.

Era preciso demonstrar capacidade e empenho para atrair novos legados e novas capelas. Gozando de muito prestígio em termos locais, as Santas Casas tiveram, sobretudo ao longo do século XVII e da primeira metade do século seguinte, uma grande capacidade para atrair novos legados, não apenas da gente da terra, mas de muitos que se encontravam ausentes e não esqueciam a confraria mais importante da sua localidade.

Os legados chegados do império, nomeadamente do Oriente, foram frequentes e muitas Misericórdias conservam documentação que o atestam, bem como os do Brasil, mais presentes nos séculos XVIII e XIX ⁷. Gente rica, que não esquecia o prestígio e a capacidade de realização da Santa Casa da sua vila ou cidade e confiava-lhe a riqueza de que era detentora para cuidar da sua alma ⁸.

confitualidade (1546-1803). Figueira da Foz: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1998. pp. 56-57.
7. Assinale-se, todavia, que durante o século XVII chegaram legados às Santas Casas provenientes da colónia portuguesa da América do Sul. Consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. pp. 454-456.
8. Muitos benfeitores eram solteiros ou viúvos, sem familiares directos, escolhendo as Misericórdias para suas herdeiras universais.

Mas se a recepção de legados, por um lado, as enriqueceu, também as vinculou, por outro, a obrigações perpétuas. Ao longo do século XVIII, estas atribuições tornaram-se demasiado pesadas para irmandades em crise, com dificuldade de cobrar juros e foros e despesas acrescidas com o tratamento do corpo.

Em 1765, os irmãos da Misericórdia de Porto de Mós levaram ao conhecimento do rei a precária situação em que se encontrava a instituição, informando-o que o “descuido que tem havido no cumprimento dos legados tem causado notório escandalo, de tal sorte que muitas pessoas pias que tinham vontade de deixar os seus bens a Santa Caza e hospital, publicamente dizem que não o hão de fazer”⁹.

O sentimento de desconfiança crescia em função do rumo levado pela herança do capitão Francisco Calado, o qual escolheu o provedor para seu testamenteiro. Foi nessa qualidade que António Pinto, por impedimento do provedor José Homem de Magalhães, “recebeu e mexeu em duzentos e sincoenta mil reis, produto dos bens do capitão Francisco Calado [...] que mandou vender e recebeu o dito dinheiro sem que thé agora conste da satisfação das missas”¹⁰.

Apropriação indevida de dinheiro, má gestão financeira, legados por cumprir, conflitualidade interna e falta de respeito a alguns aspectos importantes do compromisso (nomeadamente nos processos eleitorais), transformaram as Misericórdias no século XVIII em instituições menos credíveis.

Há, no entanto, que considerar também as mutações mentais e religiosas ocorridas neste período que retiraram protagonismo à alma em favor do corpo.

9. Arquivo da Casa de Bragança (doravante ACB), NNG, 1150, fl. 638v.

10. ACB, NNG, 1150, fl. 636v.

O esforço dos homens para conjugar esforços objectivava aliviar as penas dos que se confessavam pecadores, para escaparem “has medonhas penas do inferno”¹¹, como referiu no seu testamento o capitão Cristovão de Ilhade, natural de Ponte de Lima e falecido em Moçambique, em 1628, e resgatarem as almas que se encontravam em cativo no Purgatório, mantendo viva, desta forma, a esperança da ressurreição.

Logo que sentiam a morte por perto, homens e mulheres dispunham as suas vontades em testamentos pensados, ainda que transitoriamente, onde quase sempre demonstravam saber o que possuíam e dispunham da herança de forma racional. Se uns apresentavam algumas dúvidas sobre os bens de que eram detentores, nomeadamente, acerca de dinheiro que andava a juro, a divisão da herança era um desejo seguro em todas as escrituras que conhecemos.

A preparação da morte acompanhava os homens na última fase das suas vidas, levando-os a escolher os seus herdeiros de forma pensada e muito direccionada para a salvação da alma. O rumo a dar à herança era mais premente no caso dos solteiros e/ou dos viúvos e dos casados sem descendência directa.

Depois de entregarem as suas almas nas mãos dos santos, da Virgem Maria e de Jesus Cristo de quem esperavam protecção no momento da passagem, e de contarem com a ajuda dos pobres¹², os homens discriminavam em pormenor o acto fúnebre, o local de enterramento e a distribuição da herança.

Para salvar a alma instituíam-se missas diárias, semanais, mensais ou anuais e podia-se solicitar ainda a sua celebração em dias soltos ao longo

11. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), Doc. n.º 31, não paginado.

12. Consulte-se MARCARDÉ, Jacques - “Ultimes intercesseurs. Les invocations testamentaires dans le diocèse de Poitiers”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações Espiritualidade*. Lisboa: Terramar, 1999 pp. 446-448.

do ano. As comemorações recaíam ainda nos períodos de maior fervor religioso: Natal, Páscoa, Espírito Santo e dias de celebração de festas em honra de Nossa Senhora. Para a sua celebração escolhiam-se os locais e enumeravam-se as qualidades morais e pessoais dos sacerdotes. Tudo para que a alma lucrasse com estes sufrágios. Pediam-se responsos, ofícios divinos e preces para mais facilmente se alcançar o descanso eterno.

A inscrição em confrarias tinha também como objectivo alargar o espaço de pertença a grupos de solidariedade em vida e na morte ¹³. Os testamentos materializavam igualmente estas preocupações, tomando a alma na sua principal herdeira ¹⁴.

Na maioria dos testamentos que consultamos, os testadores declararam o desejo de serem amortalhados com o hábito de S. Francisco. A mortalha religiosa e particularmente a de S. Francisco estava associada à crença em benefícios espirituais dispensados a quem a envergasse ¹⁵.

Para além deste pormenor precioso, que revestia o corpo de forma directa de benefícios, e levando, em alguns casos, ao uso de duas mortalhas, os moribundos preparavam ainda o cortejo fúnebre e a morada eterna.

As estratégias de salvação divergiam de acordo com as vontades individuais, mas diversificavam-se sobretudo em função das possibilidades económicas. Os mais ricos eram acompanhados pelas confrarias de que eram

13. VOVELLE, Michel - *Les âmes du purgatoire ou le travail du deuil*. Paris: Gallimard, 1998. p. 178.

14. Veja-se ARAÚJO, Ana Cristina - *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Ed. Notícias, 1997. pp. 271-283, 319-349; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados 1731-1780*. Vila Verde: ATHACA; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, 2001. pp. 77-101; DURÃES, Margarida Pereira Varela - *Herança e Sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. 2, Braga: Universidade do Minho. pp. 403-476, dis. de doutoramento policopiada.

15. Para este assunto leia-se GONZALES LOPO, Domingo, L. - *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2002. pp. 295-297; SOLETO LÓPEZ, M. - "Influencia del Poder Eclesiástico en las Actitudes Colectivas ante la muerte en Badajoz durante el siglo XVIII", in *Arqueologia do Estado: I Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa; 1988. p. 483; MADARIAGA ORBEA, J. - "Mentalidade: estabilidad y cambio. Un estudio de actitudes ante la muerte en los siglos XVIII y XIX", in *Historia Contemporánea*, n.º 5, 1991. p. 98.

irmãos, requeriam, em caso de não pertencerem, a Misericórdia local, outras irmandades, os religiosos dos conventos e os pobres. Estes serviços eram remunerados, exigindo, por conseguinte, possibilidades financeiras.

Espaços de “ampla afirmação e representação social”, como refere José Viriato Capela ¹⁶, as confrarias foram ainda esferas de reforço de identidades, de estreitamento de laços profissionais ou grupais e patamares de promoção social. Eram também círculos de poder, exercido através dos cargos anualmente eleitos ¹⁷, bem como lugares de integração socio-política ¹⁸.

Promoviam importantes realizações festivas, compostas por missas, sermões, procissões, etc. Comemoravam o santo padroeiro, fazendo normalmente coincidir o dia das eleições para os corpos gerentes com esta festa, bem como outros momentos de relevo do calendário litúrgico. Como nestas ocasiões todos os irmãos (ou em parte) apareciam na instituição, as festas constituíam momentos ímpares de sociabilidade, de convívio entre todos, reforçando laços de amizade e de pertença, mas, simultaneamente, de discussão e conflituosidade ¹⁹. Estas instituições efectuavam ainda o acompanhamento fúnebre dos seus membros, mandavam celebrar várias missas pelos confrades falecidos e comemoravam a quadra dos Santos, com os sufrágios pelos irmãos e benfeitores, transformando o dia dos Fiéis-Defuntos numa festa religiosa de solidariedade entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos.

16. Confira-se CAPELA, José Viriato - *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Mestrado em História das Instituições Moderna e Contemporânea; Governo Civil de Braga, 2003. p. 594.

17. Consulte-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - “Confrarias e irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e poder”, in *I Congresso Internacional do Barroco*, vol. I, *Actas*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991. p. 14.

18. Para esta problemática leia-se DIDIER, Lahon - “Eslavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVIe et XVIIIe siècles)”, in *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo XV, 2003. p. 130.

19. Sobre as confrarias de Lisboa veja-se LOUSADA, Maria Alexandra - “Espaço urbano, sociabilidade e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações e Espiritualidade...*, p. 555.

A encenação da tumba no centro da igreja, o canto do ofício solene acompanhado de órgão, o toque dos sinos, a cera e a multidão de gente que nesse dia acorria à igreja eram sinais da presença dos mortos na vida dos vivos e a certeza de que um dia todos haveriam de morrer. Testemunhos de uma sociedade onde a influência da religião ocupava lugar de destaque, mas também onde os “traços da relação do homem com o sagrado aparecem, invariavelmente, associados ao culto da morte e dos mortos”²⁰.

Existiam ainda confrarias dedicadas exclusivamente às Almas. A sua popularidade era tão grande que foram erigidas em quase todas as freguesias²¹, conhecendo-se mesmo alguns locais com mais do que uma destas instituições.

Por estas razões, todos os que podiam inscreviam-se nas confrarias da sua terra ou das localidades vizinhas. Se por um lado, procuravam protecção em vida, esperavam solidariedade dos seus irmãos na hora da morte e a imploração da sua alma. Como refere Ana Cristina Araújo, “o tempo *post mortem* tonava-se para os vivos recordação e esperança na ressurreição”²².

A necessidade de acompanhamento e, simultaneamente, de protecção levou Gaspar Dantas, morador e falecido, em 1591, em Chaul, Índia, a implorar a presença no seu cortejo fúnebre dos padres da Sé, do padre de S. Sebastião, dos religiosos dos conventos de S. Domingos e de S. Francisco e da Misericórdia local. Rogou ainda a presença de todas as confrarias da cidade, devendo os confrades da Santa Casa a integrar o préstito com tochas acesas nas mãos. Incorporavam ainda o cortejo 60 pobres igualmente com tochas acesas, sendo estes escolhidos pela Santa Casa. As instituições

20. Consulte-se ARAÚJO, Ana Cristina – “Morte”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. p. 267.

21. Veja-se ENES, Maria Fernanda - “As confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas no âmbito da cultura barroca”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. vol I..., pp. 287-295.

22. ARAÚJO, Ana Cristina – “Morte, Memória e Piedade Barroca”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989. p. 141.

religiosas deviam aparecer com as suas cruzes e a Misericórdia realizaria o cerimonial fúnebre, uma vez que lhe cabia a responsabilidade do enterro.

Havia ainda quem solicitasse o acompanhamento de música, transformando a ocasião numa cerimónia solene e bem ao gosto barroco ²³.

As restantes instituições religiosas da cidade foram convocadas para celebrarem missas: conventos de S. Francisco e de Nossa Senhora da Graça, 15 missas rezadas cada e os conventos de S. Paulo e da Madre de Deus para celebrarem “algumas missas”. A crença nas missas como expediente de salvação e de busca do Paraíso levou-o a implorar a celebração de várias centenas ao longo do primeiro ano da sua morte e a deixar instituídas missas perpétuas pela sua alma ²⁴.

Procurando expiar as penas e fugir do Purgatório, os homens investiam no reforço de garantias que actuassem no Além e os aliviassem do sofrimento em que as suas almas se encontravam ²⁵. Lugar de passagem, o Purgatório ²⁶ era apenas um sítio provisório de expiação de pecados. A crença de que as almas podiam ser resgatadas desse lugar invisível colocava os mortos na agenda dos vivos ²⁷ e reforçou a vertente espiritual das Misericórdias.

Gaspar Dantas deixou esmolas às confrarias, aos conventos e aos pobres para cumprirem os serviços que solicitou.

23. Veja-se SOUSA, Maria das Dores Pereira – “A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)”, in *NW. Revista de História*, n.º 1, 2005, p.149.

24. A propósito da importância das missas leia-se RODRIGUES, Maria Manuela - “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. vol. II. ..., pp. 325-332. Leia-se também BEIRANTE, Ângela – “As “heranças das almas” na diocese de Évora no início do século XVI”, in *Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora. Évora: 1993, Actas*, vol. 1. IST-SME. 1994. pp. 105-107.

25. Consulte-se DELUMEAU, Jean – *Le péché et la peur. La culpabilization en Occident XIIIe-XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1983. pp. 25-30.

26. Veja-se LE GOFF, Jacques - *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993. pp. 272-276.

27. Confira-se ARAÚJO, Ana Cristina - “Despedidas triunfais – celebração da morte e cultos de memória no século XVIII”, in JANCSE, István; KANTOR, Iris (Org.), *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. vol. I, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 19.

Depois do investimento feito nas instituições religiosas, o qual devia reverter directamente para a salvação da sua alma, este benfeitor escolheu os pobres para herdeiros principais.

Enterrar os mortos constitui uma obra de misericórdia praticada em todas as Santas Casas. Segundo Francisco Rodrigues Cheiroso desta prática resulta “honra e grande merecimento boas obras aqueles de quem não podem esperar recompensa em vida”²⁸. Se na vida terrena não se podiam esperar compensações, elas aguardavam-se na morte.

Também no que se refere ao local de enterramento havia estratégias bem definidas. Enquanto os pobres eram sepultados onde os mais ricos determinavam, ou seja, dentro das igrejas ou mais vulgarmente no seu espaço exterior, no pátio, os ricos escolhiam criteriosamente o lugar para a última morada. Na escolha procurava-se que a sepultura ficasse situada no melhor lugar do ponto de vista do sobrenatural e que, simultaneamente, o defunto não se “desvinculasse do mundo dos vivos”²⁹. Esta vontade está associada à crença de que os mortos precisavam das orações dos vivos para alcançarem a ressurreição e, ao mesmo tempo, à necessidade de que estes últimos tinham dos mortos para, mais tarde, chegarem ao reino do Céu.

Em primeiro lugar, seleccionava-se a igreja. Espaços conventuais, ordens religiosas, igrejas matrizes, Misericórdias e outras confrarias recebiam o maior número de pedidos. Depois, especificava-se o local exacto para depósito do féretro, sendo em alguns casos mandado construir uma campa particular. Locais perto dos altares privilegiados, altares de maior devoção ou de particular adoração do defunto, junto ao cruzeiro da igre-

28. Biblioteca Pública de Évora, CHEIROSO, Francisco Rodrigues – *Excellencias da irmandade da Casa da Santa Misericórdia com a origem dos primeiros hospitais que ouve em o mundo offerecidas ao generoso Senhor Dom Francisco de Mello*, 1633, fl. 17v.

29. Para este assunto consulte-se PINA, Isabel Castro – “Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in MATTOSO, José (dir.), *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, 1996. p. 130.

ja, perto do altar-mor eram mais requisitados por recaírem neles maiores benefícios espirituais ou por gozarem de maior destaque na igreja e conferiam mais dignidade aos que ali permaneciam *ad eternum*. No testamento, Gaspar Dantas ordenou que o seu corpo fosse sepultado no cruzeiro da igreja do convento de S. Domingos, de Chaul, tendo deixado uma esmola de 60 xerafins aos religiosos desta instituição ³⁰. O dinheiro servia para comprar a cova onde seu corpo permaneceria, tendo mandado ao seu testamenteiro construir uma campa com “um letreiro, que digua aqui jaz Guaspar Dantas” ³¹.

Os conventos mendicantes que tiveram grande procura na Idade Média para última morada, continuaram na Idade Moderna a ser requisitados. Esta está, provavelmente, associada ao facto dos seus membros serem pregadores da palavra de Deus, confessores e educadores de jovens dos grupos sociais mais favorecidos.

Nos estratos mais elevados da sociedade, a construção de sepulturas particulares e a colocação de sinais identificadores tornou-se vulgar. Conferiam visibilidade à presença do seu morador, avivavam memórias, reclamavam orações em favor da sua alma e emprestavam poder e prestígio ao defunto sepultado.

Os mais poderosos mandavam construir capelas nas igrejas paroquiais ou nos conventos, de forma a reservarem um espaço maior e mais digno e a assinalar a presença familiar. D. Francisco de Lima, fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo, mandou ainda em vida, em meados do século XVII, construir uma capela particular na igreja do convento de Santo António dos capuchos de Ponte de Lima para servir de mausoléu da família. Quando faleceu, encontrava-se aí sepultado o seu sogro e os res-

30. Moeda utilizada na Índia portuguesa.

31. ASCMPL, Doc. n.º 11, não paginado.

tos mortais de sua esposa ³². Foi também aqui que desejou ser enterrado. A vontade de reunir os defuntos no mesmo espaço, procurava manter a estrutura familiar mesmo depois da morte ³³.

O pressuposto de que a caridade seria um dos principais elementos em apreço no dia do Juízo tornou os homens pios e fez das Misericórdias as suas principais interlocutoras na execução de vontades, tornando a caridade “indissociável” da salvação da alma ³⁴.

A crença de que as almas se salvavam através das obras foi responsável por práticas da caridade em vida e pela entrega parcial ou total da herança para os pobres, depois da morte.

Considerada a caducidade da vida, os homens deviam ter sempre presente “a sua fragilidade, para que não fossem surpreendidos pela morte e os menos avisados apanhados pelas penas do Inferno” ³⁵.

A opção de Gaspar Dantas de legar quase toda a sua riqueza aos pobres de Chaul, onde vivia, e aos de Ponte de Lima, vila de onde era natural, atesta a vontade deste homem de contribuir para minimizar as privações que este grupo social experimentava no seu quotidiano, ao mesmo tempo que aguardava que os mesmos implorassem pela sua alma junto de Deus. Estava ainda confiante que a sua acção reverteria para desconto dos seus pecados.

Aos hospitais de S. Lázaro e dos Pobres de Chaul deixou 15 e 30 paraus respectivamente, à Misericórdia da mesma cidade mandou entregar

32. D. Francisco de Lima morreu em Lisboa em 1672, mas viveu muitos anos no Oriente, onde foi capitão-mor de várias fortalezas e onde a sua mulher faleceu.

33. Leia-se PINA, Isabel Castro - “Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in MATTOSO, José (dir.), *O reino dos mortos...*, p. 130.

34. Esta associação encontra-se em SÁ, Isabel dos Guimarães - “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas”, in *Oceanos*, n.º 35, 1998, p. 44; SALVADO, Maria Adelaide Neto - *A Misericórdia de Medelim - apontamentos e lembranças para a sua história*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002, pp. 31-35.

35. Confira-se a propósito ARAÚJO, Ana Cristina - “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 135.

550 pardaus para distribuir pelos pobres mais necessitados, tendo ainda deixado para os mesmos toda a sua roupa de cama, de casa e pessoal, com excepção das alcatifas, colchas e roupa pessoal sem uso, peças que viriam para Portugal ³⁶. Ordenou ainda aos seus testamenteiros que proporcionassem o casamento a cinco órfãs, “das mais dezemparradas que ouver na terra”, dando 50 pardaus a cada uma para o seu casamento. Proveu também com dotes algumas das suas escravas e filhas de famílias suas conhecidas.

Em Portugal, beneficiou igualmente instituições de caridade, deixando legados para os pobres e ajudou familiares com vista ao casamento. À Misericórdia de Lisboa, enquanto entreposto entre as confrarias de Chaul e de Ponte de Lima, deixou 400 mil réis e a Santa Casa de Ponte de Lima 500 mil réis, por tratar da sua herança. À confraria de Ponte de Lima mandou entregar mais 50 mil réis para se repartirem pelos pobres, escolhendo “os que fossem mais seus parentes, hos mais chegados e mais pobres” e não tivessem sido contemplados na herança. Beneficiou ainda várias sobrinhas com dotes de casamento, mandando que recebessem a quantia de 70 mil réis cada.

Depois de cumpridos os legados em Chaul, o remanescente seria dividido em duas partes, sendo uma gasta em missas e a outra entregue à Misericórdia local para beneficiar pobres. A mesma filosofia presidiu ao remanescente dos legados em Portugal. Uma metade seria para beneficiar a sua alma e a dos seus parentes, através da celebração de missas, e os restantes 50% entregues à Misericórdia de Ponte de Lima para esta casar órfãs e ajudar pobres ³⁷.

Este benfeitor ajudou-os directa e indirectamente. Os dotes de casamento e o pagamento aos pobres pelo seu acompanhamento fúnebre con-

36. Moeda indiana antiga que os portugueses mantiveram em circulação.

37. ASCMPL, Doc. n.º 31, não paginado.

feriam um auxílio imediato, enquanto a entrega de dinheiro às Misericórdias se transformava em uma ajuda que envolvia terceiros.

Foram muitos os que optaram por requisitar os serviços dos pobres nos dias do seu funeral, mediante um pagamento e, em alguns casos, a dádiva de uma refeição.

Os pobres tornavam-se seus herdeiros, numa distribuição, por vezes desigualitária da restante família. A sua presença no funeral dos ricos conferia-lhes visibilidade no momento da morte e, simultaneamente, mostrava a sua generosidade com um grupo desfavorecido.

A requisição de pobres nos funerais era intencional e com ela procurava-se a intercessão em favor da alma do defunto. Considerados prestigiados junto de Deus, pela sua condição de vida e de sofrimento, esperava-se que as suas preces fossem atendidas e revertessem para a salvação das almas que sufragavam ³⁸.

Os pobres eram utilizados para desfilerem no cortejo fúnebre com tochas acesas, podendo também ser pedido que integrassem apenas o desfile. A inclusão de pobres nos cortejos fúnebres foi maioritariamente requerida por homens e mulheres ricos, quase sempre solteiros ou viúvos.

Teoricamente sem poder, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, facto que lhes conferia prestígio e os tornava úteis aos olhos dos ricos. Os pobres tinham como hábito rezar pelas almas dos benfeitores, agradecendo-lhes as esmolas deixadas. Apesar de, aparentemente, os pobres precisarem mais dos ricos, nas palavras de Maria de Lurdes Rosa não se sabe “quem necessitava mais de quem” ³⁹,

38. Leia-se sobre esta matéria GARCÍA HOURCADE, J. J. - “Itinerarios de miseria. (Los pobres murcianos frente a los mecanismos asistenciales)”, in *Investigaciones Historicas*. 14, 1994, pp. 68-69; MARQUES, João Francisco - “Rituais e manifestações de culto”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 589.

39. Consulte-se para esta problemática ROSA, Maria de Lurdes - “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in AZEVEDO Carlos Moreira de (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, p. 460.

uma vez que as situações experimentadas por estes dois grupos no momento da morte eram, apesar de diferentes, muito semelhantes.

Através das práticas de caridade, os ricos podiam ganhar o Céu, facto que conferia utilidade aos pobres. Frei António Cartaxo defendia que Deus fez “uns homens ricos para o bem dos pobres; e fez uns homens pobres para beneficio dos ricos e por esta providencia devem os ricos socorrer os pobres, que pela mesma providencia se achão precisados a implorar o socorro dos ricos, pois (...) aos pobres pertence orar, aos ricos distribuir e a Deos remunerar”⁴⁰.

Defendendo uma relação recíproca entre pobres e ricos no tocante à utilidade, este religioso acrescentou ainda as funções de cada um, atribuindo a tarefa de orar aos pobres, em favor dos doadores, aos ricos o dever de distribuir e a Deus a recompensa destes gestos.

O tipo de pobres assistidos dependia dos legados instituídos e da vontade dos benfeitores⁴¹. Constatamos que estes legados apresentaram um movimento ascendente nas Misericórdias no século XVII, decaindo na centúria seguinte.

Foi com base nesses legados que as instituições de caridade distribuíram esmolas aos pobres, ajudaram presos e curaram doentes. O dinheiro proveniente dos legados era, normalmente, mutuado, contribuindo os juros para suportar as despesas dos serviços de caridade. Só quando não os recebiam e tinham possibilidades financeiras é que os repartiam das suas próprias receitas.

As abordagens feitas ao mundo da pobreza têm demonstrado a preferência dada às mulheres pelas instituições de caridade. Este fenómeno é conhecido em toda a Europa mediterrânica⁴² e realça a sua debilidade em

40. Leia-se CARTAXO, Antonio de S. Francisco de Paula - *Discursos Moraes e Evangelicos sobre vicios, e virtudes*, vol. I. Lisboa: Officina Patro de Francisco Luz Ameno, 1783. pp. 222-223.

41. Veja-se para esta temática SÁ, Isabel dos Guimarães - “Misericórdias”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 202.

42. Consulte-se CARBONELL ESTELER, Montserrat - “Género, pobreza y estrategias de superviven-

termos sociais, que as tornava mais dependentes da assistência, quer ela fosse institucional ou particular.

De tal forma as mulheres mereceram relevo nas preocupações sociais que lhes foram conferidas práticas assistenciais exclusivas. Consideradas mais frágeis e incapazes de por si sós se conservarem dignas, as mulheres tornaram-se alvo da caridade nos estados de viúvas e de solteiras. A preocupação era mais acentuada no caso das raparigas órfãs. Sem pai que as “guardasse” das “tentações do mundo” e muitas vezes sem fortuna suficiente para o dote, as órfãs pobres tornavam-se beneficiárias de legados importantes deixados para conseguirem marido ou para ingressarem em conventos e seguirem a vida religiosa.

Estes legados procuravam facilitar o acesso destas raparigas a um estado considerado mais seguro para a conservação do bom nome da mulher, fosse no casamento, fosse no convento⁴³. Esta foi a forma encontrada pelas mulheres ao longo da Idade Moderna para “melhor servir a Deus”. O casamento podia ainda ser precedido de um internamento num recolhimento, local onde as mulheres se “guardavam” até conseguirem marido⁴⁴. Nestas instituições podiam estar ainda senhoras viúvas ou casadas, recolhendo-se estas últimas durante apenas a ausência do cônjuge. Existiam ainda outros recolhimentos vocacionados para mulheres arrependidas⁴⁵.

cia. Barcelona, siglo XVIII”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII- 2/3, 1994. p. 311.

43. Sobre os motivos de ingresso na vida religiosa consulte-se SÁNCHEZ LORA, José Luis – “Mujeres en religión”, in MORANT, Isabel (dir.); ORTEGA, M., LAVRIN, A., Y PÉREZ CANTÓ, P. (coord.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. El mundo Moderno*, II. Madrid: Cátedra, 2005. pp. 132-134.

44. Confira-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna”, in ABREU, Laurinda (ed.), *Assistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, estado y comunidade (s.XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 293-313.

45. Sobre os dois tipos de recolhimentos consulte-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito de caridade em Portugal e nas colónias (séculos XVI-XVIII)*, separata das Actas do Congresso “O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa”. vol. I. Lisboa: 1994, pp. 329-337; COATES, Timothy, *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 205-270.

A ajuda prestada às mulheres para acederem ao mercado matrimonial era muito reputada socialmente e granjeava grande simpatia por parte das candidatas, que viam nesta forma de assistência um precioso contributo para alterarem o rumo das suas vidas e alcançarem o estado desejado ⁴⁶.

Também no estado de viúvas, as mulheres eram atendidas nas suas súplicas. Normalmente, a idade avançada e a condição de viúva eram considerados motivos suficientes para estas merecerem a esmola. Contudo, esta situação podia ainda agravar-se quando tinham ainda menores à sua guarda. Muitas mulheres viúvas carregavam o fardo de criar netos pequenos, ou estavam entrevadas, condições que sublinhavam a sua miséria. Quando não eram velhas, mas tinham o encargo de criar os filhos sozinhas, eram também preferidas, contribuindo a esmola para aliviar o encargo de sustentar uma família só. A esmola procurava ainda evitar a sua degradação moral, facilitada pelas dificuldades em que se encontravam e pelo estado de isolamento e solidão em que viviam ⁴⁷.

A morte do chefe da família esteve em muitos casos associada, na Época Moderna, a um processo de pauperização da mesma. Desamparada, a mulher conseguia ancoradouro na ajuda institucional e/ou particular, as quais actuavam frequentemente de forma interactiva e complementar.

Sem qualificação profissional, com empregos mais desprestigiados e salários mais baixos do que os homens, as mulheres viam as suas vidas agravadas, quando sozinhas eram obrigadas a enfrentar todas as responsa-

46. Para os dotes distribuídos pela Misericórdia de Coimbra confira-se LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000. pp. 803-850. Sobre os dotes e as órfãs de D. Francisco de Lima que a Santa Casa de Ponte de Lima repartia veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres, honradas e devotas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. pp. 52-71.

47. Veja-se FERNANDES, Maria de Lurdes Correia - “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVIII)”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n.ºs 1-2. 1999. pp. 60-61.

bilidades familiares⁴⁸. A ideia de que a mulher devia ser menos remunerada do que o marido assentava no próprio lugar que ela ocupava no seio familiar e na sociedade. Considerava-se que competia ao homem proporcionar casa à família, não havendo necessidade da esposa participar em igual proporção para as suas despesas⁴⁹.

Por isso, na situação de viúvas, as mulheres recorriam frequentemente às instituições de caridade para as ajudar na doença, lhes conceder alguma peça de roupa, emprestar dinheiro a juro, solicitar pão para comer ou qualquer outra esmola.

Sem receio de perder, porque acreditavam que só tinham a ganhar, os ricos apostavam forte na sua salvação, servindo-se dos pobres para mais facilmente a conseguirem. Se esta era a sua opção, a dos pobres ficava-se por aceitarem a sua condição, por prestarem serviços fúnebres e por implorarem pelas almas dos defuntos. Eram, por conseguinte, úteis.

Porém, o século XVIII, como já referimos, trouxe grandes dificuldades às Misericórdias, desde logo porque o investimento na alma foi menor, traduzindo-se numa diminuição de legados, e evidenciou a incapacidade das Santas Casas de continuarem a manter o cumprimento de muitos legados⁵⁰. O financiamento das capelas assentava no dinheiro que andava a juro ou nas rendas das propriedades que estavam arrendadas ou aforadas. Ora, o crescente endividamento das populações no século XVIII teve

48. Consulte-se SEGALEN, Martine - *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Flammarion, 1980. pp. 94-103.

49. Veja-se HUFTON, Olwen - "Mulheres, trabalho e família", in FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zenon (dir.) *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. pp. 26-27; ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. pp. 104-105.

50. A queda de legados não foi exclusiva das Misericórdias. Sentiu-se noutras confrarias, nos conventos e mosteiros e em outras instituições que tradicionalmente aceitavam estas obrigações. A congregação do Oratório do Norte de Portugal conheceu o mesmo movimento na segunda metade do século XVIII. Leia-se SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1982, p. 198.

como efeito o não cumprimento dos prazos nos pagamentos das rendas, dos foros, e dos juros ⁵¹.

Esta situação foi fatal para as Santas Casas, porque não lhes possibilitou continuar a celebração das centenas ou milhares de missas que se iam atrasando, porque as capelas ficavam sem sacerdote que as celebrasse. Não respondendo às exigências colocadas pelos sacerdotes de aumento do preço das missas, os religiosos despediam-se, as capelas ficavam vagas, as missas ficavam por celebrar, porque os sacerdotes não as aceitavam dizer pelo preço que a Santa Casa podia pagar. Muitas tentaram ainda resolver a situação, entregando a obrigação das missas a religiosos de alguns conventos e, quando estes já não eram solução, encarregaram clérigos espanhóis destas celebrações. Aqui, os preços eram mais módicos e aparentemente respondiam ao grave problema existente. Contudo, nem esta solução foi suficiente para atalhar a uma situação que tinha alcançado proporções gigantescas. Os problemas eram muitos, as Misericórdias entraram em descrédito, perderam a confiança de muitos fiéis e decaíram os legados, em virtude da crise em que estavam mergulhadas ⁵². Não se pense, no entanto, que esta situação foi exclusiva destas instituições. Ela foi geral e verificou-se quer noutras confrarias quer nas ordens religiosas.

Incapazes de satisfazerem as obrigações a que estavam vinculadas, as Misericórdias pediram ajuda à Santa Sé para obterem breves de perdão e de redução de missas, aliviando as suas responsabilidades ⁵³.

51. Para um maior aprofundamento desta temática veja-se OLIVEIRA, Aurélio de - "Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, pp. 1-56.

52. Leia-se LOPES, Maria Antónia - "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002. pp. 79-82.

53. Veja-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - "Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVIII, 1999, pp. 722-728.

Por outro lado, as alterações existentes em termos culturais, mentais e religiosos a que o Iluminismo não foi alheio, deram novo rumo às preocupações terrenas e metafísicas da vida dos homens, aliviando-os do peso que constituía a salvação da sua alma.

Enquanto os bem sucedidos protagonizavam iniciativas de caridade, suportando alguns programas assistenciais que conduziam à perpetuação da sua memória, os pobres aproveitavam os benefícios que recebiam, competindo-lhes rogar, junto do Criador, pelas almas em sofrimento.

Embora com estratégias diversificadas, os ricos e os remediados, principalmente os solteiros e os que não tinham descendentes directos, procuraram através da distribuição da sua herança chegar mais facilmente ao Paraíso. Escolheram criteriosamente os seus herdeiros, tendo beneficiado a sua alma e investido na ajuda aos pobres. Na busca de concretização deste propósito, serviram-se das Misericórdias a quem confiaram não apenas a sua fortuna mas também a esperança do descanso eterno, transformando-as em agentes de salvação.

Estamos perante um conjunto de textos escritos em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata, Professora e Investigadora de História Moderna. A obra integra trinta e cinco colaborações em História e História da Arte, dos séculos XV a XVIII, épocas especialmente estudadas pela homenageada, dando testemunho da marca que deixou no panorama historiográfico nacional.

Estruturada em cinco grandes blocos – Política e Relações Internacionais; Sociedade: Inclusão e Exclusão; Confessionalismo e Disciplinamento Social; Arte, Práticas e Representações Culturais; Pensar a Escrita da História – a obra constitui um contributo relevante para a cultura histórica do nosso tempo.



MARIA DO ROSÁRIO DE SAMPAIO THEMUDO BARATA DE AZEVEDO CRUZ, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro de diversas Academias e outras instituições científicas, dedicou parte significativa da sua vida ao ensino e à investigação na área de História Moderna, sem descuidar a prestação de serviços à comunidade e outros interesses culturais, com destaque para a música.

ISBN: 978-989-8129-16-1



9 789898 129161

